

Sisejufe integra nova direção da CUT-RJ



A nova direção da CUT-RJ: o diretor Roberto Ponciano, o sétimo da esquerda para direita, é o primeiro dirigente do Sisejufe a fazer parte da executiva estadual da central

O 13º Cecut-RJ, com a participação de 400 delegados, representou a volta por cima da central com a entrada de várias entidades no estado

Henri Figueiredo*

As centenas de delegados e delegadas sindicais que elegeram a nova diretoria da CUT do Rio de Janeiro, participaram do maior Congresso Estadual da entidade, de 19 a 21 de junho, na cidade serrana de Miguel Pereira. O 13º Cecut/RJ, preparatório para o Congresso Nacional da CUT (que acontecerá em São Paulo, de 3 a 8 de agosto de 2009) foi um sucesso em termos de representação e debate. O dirigente do Sindicato dos Bancários do Rio Darby Igayara foi eleito, em chapa única, o novo presidente da CUT/RJ para o triênio 2009-2012.

O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano é o novo secretário de Formação da central. Pela primeira vez, no ano que completa 20 anos de existência, o Sisejufe tem um dirigente sin-

dical na Executiva da maior central sindical da América Latina.

O 13º Cecut/RJ significou a retomada e o fortalecimento da entidade como a principal central sindical do Rio de Janeiro. No congresso de três anos atrás houve a saída de sindicatos ligados ao PSTU, ao PSOL e, durante a última gestão, houve também a saída de grupos ligados ao PCdoB (todos criaram outras entidades de representação sindical – Conlutas, Intersindical e CTB). Na época houve o temor pela sobrevivência da CUT no Rio. Por isso, o congresso realizado na Colônia de Férias do Sinttel, em Miguel Pereira, com cerca de 400 delegados, representa a volta por cima da central – que compensou a saída de sindicatos com direções partidárias com a

entrada de dezenas de outros sindicatos no estado.

Neuza Pinto (presidente 2006/2009) é ovacionada

A última gestão da CUT no Rio de Janeiro recebeu elogio de todos os participantes. A presidente da gestão 2007-2009, Neuza Pinto, foi ovacionada em plenário. Os debatedores ressaltaram o papel da dirigente, que, ao receber uma central em crise, quebrada financeiramente, com a saída de vários sindicatos importantes e com o afastamento de outros tantos, teve a dura missão de reorganizar a entidade, lidando com diversos problemas, desde a falta de pagamento das mensalidades até o afastamento de dirigentes da vida orgânica dentro da CUT.

Nos três anos da gestão, Neuza e sua direção executiva conseguiram sanear financeiramente a entidade, reaproximar sindicatos que estavam alheios a vida da central, reestruturar a Imprensa e a Formação (mesmo com pouca ou sem nenhuma

verba), retomar as lutas no estado e transformar novamente a CUT/RJ em vanguarda. De acordo com o diretor do Sisejufe, e agora secretário de Formação da central no estado, “a CUT é pólo de atração. Mesmo as centrais dissidentes, que foram fundadas após sair da CUT, apoiam nossas lutas – como a pela anulação do leilão da Vale, contra os leilões e a CPI da Petrobras, contra o PLP 01 que retirava direitos dos servidores públicos”.

No 13º Cecut/RJ todos os sindicatos e correntes de pensamento organizados dentro da central reconheceram a importância da gestão de Neuza Pinto para que a CUT fosse recolocada nos eixos e num novo patamar. “Agora temos mais força na luta pelos direitos fundamentais da classe trabalhadora, como na luta pela redução da jornada, pela organização em local de trabalho e pela negociação coletiva no serviço público”, diz Ponciano.

Sisejufe, sindicato parceiro

O Sisejufe foi um sindicato

parceiro da CUT, na reconstrução das lutas da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.299 entidades filiadas, 7.116.278 trabalhadoras e trabalhadores associados e 21.092.160 trabalhadoras e trabalhadores na base. Ela tem uma importância fundamental para o serviço público, tendo conquistado importantes vitórias: foi a CUT que intermediou a negociação do último PCS do Judiciário Federal; conseguiu barrar o PLP 01, que congelava o salário do funcionalismo público por dez anos; e garantiu o pagamento do aumento dos servidores federais em negociação direta com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, enquanto outras centrais se retiraram da mesa.

*Da Redação.

Leia a entrevista com o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano na página 6.

LEIA TAMBÉM

Assédio Moral: juiz da Vara Federal de Teresópolis nomeia procurador *ad hoc*

Página 3

Ação beneficia sindicalizados do TRT com pagamento de AQ

Página 5

Plenária Nacional da Fenajufe debate Plano de Carreira dos servidores

Páginas 8 e 9

Sisejufe se reúne com secretária de Gestão de Pessoas do TSE

Página 10

Mandado de injunção garante aposentadoria especial a agentes

Página 11

Sisejufe pede inspeção

Diante das queixas e do descontentamento dos servidores, em relação aos departamentos médico e de enfermagem da Justiça Federal no Rio, a direção do Sisejufe encaminhou ofícios ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremérj) e ao Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (Coren-RJ) pedindo que as duas entidades inspecionem os dois setores da Seção Judiciária do Rio. O objetivo é fiscalizar possíveis irregularidades nos locais. Os documentos foram protocolados, no dia 27 de maio, em nome do presidente do Cremérj, Luís Fernando Soares Moraes, e no 12 de junho, da presidente do Coren, Rejane de Almeida.

A direção do sindicato, com base em informações de servidores, relata que "a administração adotou uma série de atitudes arbitrarias, materializadas em atos normativos vinculantes ao seu Setor Médico, que, em uma análise superficial, evidenciam irregularidades que afrontariam o código de ética médica". A diretoria questiona, por exemplo, que "na feitura dos laudos médicos, o Código Internacional de Doenças (CID) referente ao caso do paciente em análise é sempre informado, mesmo sem o consentimento deste", entre outros procedimentos.

O sindicato aponta "evidências de irregularidades no serviço de enfermagem da Justiça Federal, no quesito instalações". A entidade as considera inadequadas. Devido aos riscos que os servidores podem estar submetidos, o Sisejufe solicitou, tanto ao Cremérj quanto ao Coren, que fiscalizem as dependências e forneçam orientação sobre para o devido funcionamento das sedes localizadas na Av. Rio Branco, 243, no Centro do Rio e na Avenida Venezuela, 134, no bairro da Saúde.



Núcleo de Tecnologia da Informação realiza I Encontro Estadual

TIC Evento acontece nos dias 9 e 10 de setembro e debaterá valorização de profissionais

Max Leone*

Em mais uma iniciativa pioneira, o Sisejufe vai realizar o I Encontro Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em 2009. O evento será promovido, nos dias 9 e 10 de setembro, pelo recém-criado Núcleo de TIC do sindicato. A valorização da área de informática como setor essencial para o bom funcionamento da Justiça Federal e dos profissionais concursados que atuam na área de informática, a união e organização de todos os profissionais de TI e a criação de uma gratificação específica para os servidores que atuam na área da Justiça Federal, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) serão os pontos debatidos no encontro. Também estará na pauta a iniciativa de criar um coletivo nacional de TIC para fazer parte da estrutura da Fenajufe.

Na reunião do dia 25 de junho, no sindicato, o núcleo apro-

vou que o evento também vai discutir propostas que ajudem a administração tornar a informática no Judiciário Federal mais eficiente e conseguir apoio permanente para questões relevantes, como a realização de cursos com a frequência necessária para o desempenho das atividades. A realização de concursos regulares para a área de informática também será outro tema em questão.

Estratégias - Os organizadores querem debater estratégias de combate à terceirização na área de informática, de promover o intercâmbio de conhecimento entre os diversos órgãos de tecnologia do Judiciário Federal, discutir e propor soluções para todas as questões relativas ao setor. A saúde dos trabalhadores também entrará no debate.

Sobre a gratificação, a intenção é apresentar a proposta de um adicional de 35% sobre os vencimentos dos profissionais de TI. De acordo como os coordenadores

do Núcleo de TIC, Alexandre Nascimento, Luiz Eduardo Araújo e Juliana Moreira, seria implantada nos mesmos moldes da GAS e da GAE, que são concedidas aos agentes de segurança e aos oficiais de justiça, respectivamente.

Documento - Em um documento elaborado pelo núcleo, os representantes apresentam argumentos sobre a necessidade de criação da gratificação. Segundo eles, apesar das tantas mudanças ocorridas na área tecnológica a descrição dos cargos de técnico/analista de informática permaneceu praticamente inalterada nos últimos 20 anos. A evolução tecnológica, avaliam, também impôs o aparecimento e o desaparecimento de várias especialidades. "Desta forma concluímos que existem grandes lacunas em relação às atividades realizadas, hoje, pelos técnicos/analistas de informática e as atividades descritas para o cargo", explica um trecho do documento.

A dedicação integral ao trabalho também é lembrada e nesse campo, consideram que "nenhuma categoria é tão afetada quanto a de TI", pois os serviços funcionam 24 horas por dia, todos os dias. Devido às peculiaridades da atividade, não é raro o profissional investir tempo e dinheiro em sua reciclagem, com treinamento e compra de livros e revistas. A atividade exige também trabalhos noturnos ou nos fins de semana e feriados para manter ou implantar novos serviços ou solucionar problemas.

Outro ponto de vista defendido pelos representantes do núcleo é que "na TI, a única constante é a mudança. O profissional, infelizmente, não consegue manter por muito tempo o seu conhecimento, devido à obsolescência prematura da tecnologia, o que implica na formação de sua experiência, e que, muitas das vezes, frustra-o como profissional".

*Da Redação

SISEJUFUFE: Filiado à FENAJUFUFE e à CUT

SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>

ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro – **EDIÇÃO:** Max Leone.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado.
8,3 mil exemplares.
Gráfica e Editora
Minister

Novas denúncias no caso Teresópolis

Assédio Moral

Juiz federal exige revista ilegal e nomeia “procuradores da República ad hoc”

Max Leone*

Mais denúncias contra o juiz federal Alcir Luiz Lopes Coelho, titular da Vara Federal de Teresópolis, chegaram ao Sisejufe. Desta vez, segundo as informações passadas à diretoria do sindicato, além de já ter protagonizado casos de assédio moral em relação aos servidores do Judiciário, o magistrado estaria prejudicando a prestação jurisdicional na cidade serrana. Documentos encaminhados à direção da entidade mostram que o juiz estaria nomeando advogados dativos como procuradores da República ad hoc, em substituição aos membros efetivos do Ministério Público Federal (MPF) da região. A nomeação seria em decorrência da recusa dos procuradores do MP em se submeter à revistas feitas por seguranças terceirizados da Vara Federal de Teresópolis, por determinação do juiz Alcir Coelho.

Ao não permitir que os se-

guranças façam a revista, os procuradores do MP não estariam participando das audiências da Vara de Teresópolis, em que presença deles é obrigatória. De acordo com as denúncias, o magistrado resolveria o prolema com a nomeação de advogados para fazerem o papel do MP. Documentos comprovariam que esses “novos procuradores” estariam participando de audiências em substituição ao MPF. A determinação de revistar seria por conta da inimizade do magistrado com o titular do MP na cidade.

“Para preencher o vácuo nas audiências criado por ele mesmo, depois do constrangimento com o MP no caso das revistas, o juiz da Vara de Teresópolis, numa atitude, no mínimo, controversa, estaria nomeando advogados dativos para o lugar dos procuradores do MP”, afirma Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe, ressaltando que a atitude de tentar revistar

os membros do MP, usando segurança terceirizada, é ilegal e vai contra o regulamento da Justiça Federal.

A atitude do juiz da Vara de Teresópolis, segundo o diretor, teria sérias consequências. Uma delas a de que todos os atos que tenham sido maculados pela presença dos “novos procuradores” seriam anuláveis de pleno direito. Por conta disso, o juiz tem contra ele representações do Ministério Público Federal nos processos em que usou o expediente.

Ainda de acordo com as denúncias que chegaram ao sindicato, depois de uma visita da Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região à Vara de Teresópolis, o magistrado revogou a determinação de revistar os procuradores do MP. Mas, não teria voltado atrás nos atos praticados com a presença dos “procuradores públicos ad hoc” nas audiências.



Repercussão

Procurado pela imprensa do Sisejufe, o juiz Alcir Lopes Coelho, titular da Vara Federal de Teresópolis, informou, por meio do Setor de Assessoria de Imprensa (Seasi) da Justiça Federal, que não vai se pronunciar sobre o assunto.

A denúncia do Sisejufe teve repercussão nacional e foi publicada na Carta Capital nº 550, na página 15.

*Da Redação.

Sindicato se reúne com corregedor do TRF

Os diretores do Sisejufe Vera Lúcia Pinheiro dos Santos, Mariana Liria, Márcio Cotta e Marcos André Leite Pereira estiveram reunidos, no dia 19 de junho, com o desembargador Sérgio Schwaitzer, atual corregedor da Justiça Federal da 2ª Região. Na pauta, a preocupação dos oficiais de justiça com as modificações no trabalho em decorrência de medidas anunciadas pela Direção da Justiça Federal; a representação do sindicato contra o magistrado de Teresópolis acusado de assédio moral; e o adicional de insalubridade para os (as) telefonistas e os (as) trabalhadores (as) dos recursos fonográficos e taquigráficos.

Os diretores Marcos André Leite Pereira e Márcio Cotta levaram ao corregedor a preocupação dos oficiais de justiça com as modificações no trabalho decorrentes das medidas que a Direção do Foro pretende tomar para que os oficiais recebam eletronicamente os mandados, imprima-os e, após o cumprimen-

to, realizem a baixa e a eventual remessa para o Setor de Digitalização, fazendo as atividades realizadas por servidores internos e estagiários. O corregedor disse que as medidas podem ser revistas caso seja constatado diminuição da eficiência ou de sobrecarga dos trabalhadores. O segmento dos oficiais de justiça já vislumbra uma perda de eficiência na atividade primordial desse cargo que é a realização de atos judiciais externos, uma vez que uma boa parte do tempo semanal será tomada em atividades burocráticas internas.

Os diretores entregaram um exemplar do jornal Contraponto com o caso de assédio moral em Teresópolis. A diretora Vera Lúcia informou a preocupação do sindicato por conta do agravamento dos problemas, com constrangimento dos servidores e a deterioração das relações pessoais. O corregedor informou ter ciência da representação do sindicato contra o magistrado Alcir Coelho e que está

atento ao desenrolar dos fatos. Vera disse que advogados que atuam na região também relataram problemas e vão agendar uma reunião na OAB do Rio.

Telefonia – Considerando que o corregedor é o relator do processo que retirou o adicional de insalubridade dos técnicos de telefonia, o diretora Mariana Liria informou que o sindicato busca produzir prova pericial para caracterizar a insalubridade da atividade. Em 19 de junho, foram protocoladas petições nos processos administrativos 724/08/2000-PES e 361/04/1999-PES requerendo juntada da perícia e retirada da pauta da próxima sessão do Conselho Administrativo. Assim como os trabalhadores dos recursos fonográficos e taquigráficos, os telefonistas deixaram de receber o adicional de insalubridade desde fevereiro desse ano a partir de um laudo que descaracterizou o trabalho como insalubre.

PL que cria 230 novas varas federais é aprovado

Os diretores do Sisejufe Roberto Ponciano e Valter Nogueira Alves, também coordenador da Fenajufe, estiveram no Congresso Nacional para apoiar o Movimento Nacional pela Aprovação do PL 5.829/2005 – que cria 230 novas varas federais em todo o país. A pressão do grupo deu resultado. O PL, enfim, foi aprovado na Câmara dos Deputados. Com as galerias com mais de 60 pessoas entre sindicalistas, concursados e magistrados, o PL foi aprovado por maioria dos votos.

Com o apoio de quase todos os partidos, com exceção da minoria. Ainda que parte dos Democratas tenha votado a favor, as lideranças da minoria na Câmara, José Carlos Aleluia [DEM] e Arnaldo Madeira [PSDB], orientaram o voto contra o PL com o seguinte discurso: “a aprovação deste projeto vai aumentar irresponsavelmente o gasto públi-

co”. De acordo com os diretores do Sisejufe, é lamentável que alguns parlamentares continuem a ver o serviço público não como custeio e sim como “gasto”.

“Este projeto agiliza a Justiça interiorizando as varas federais e criando o TRF de Minas Gerais”, diz Ponciano. Entre os sindicatos do Judiciário Federal, estiveram presentes dirigentes de Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, além do Rio.

Tramitação no Senado

O projeto agora está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e recebeu a nomenclatura de PLC 126/2009. O presidente da CCJ, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), informou que a proposta terá tramitação terminativa e, por isso, será votado apenas por essa comissão. Se aprovado, seguirá à sanção presidencial.

Tribunal responde pontos discutidos em reunião com sindicato

TRT Ao contrário da gestão anterior, atual presidente envia ofício sobre assuntos de interesse dos servidores

Max Leone*

Ao contrário da gestão anterior, a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região encaminhou respostas à direção do Sisejufe sobre questões abordadas na reunião em que o presidente Aloysio Santos recebeu os diretores do sindicato Roberto Ponciano, Valter Nogueira Alves e Willians Faustino de Alvarenga em 25 de março deste ano. Em ofício enviado à entidade, a Secretaria de Gestão de Pessoas explica quais as providências tomadas sobre a incorporação de quintos, o reajuste de 11,98% (URV), o Adicional de Qualificação (AQ) e o reequadramento do Artigo 22 de Lei 11.426/2006. A secretaria informou que já foi pedido ao setor de Tecnologia da Informação que possibilite aos servidores do TRT consultarem os demonstrativos de cálculos dos passivos, por meio do Sistema Ergon online.

Sobre a incorporação dos quintos até a vigência da MP 2.225-45/2001, de acordo com a secretaria, “a apuração dos valores devidos aos servidores encontra-se em fase de conclusão, para pagamento dos exercícios anteriores”. Isso seria feito por meio de dotação orçamentária específica e “seguirá prioridades determinadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e aos critérios estabelecidos no Artigo 2º do Ato 556/2007. No caso do reajuste de 11,98%, a secretaria divulgou que o per-

centual foi incorporado aos vencimentos dos servidores em janeiro de 2001, o tribunal informou já ter efetuado o pagamento do principal das diferenças devidas em exercícios anteriores, do período de abril de 1994 a dezembro de 2000 aos servidores ativos e inativos, além dos pensionistas. Segundo o tribunal, o pagamento da correção monetária começaram a ser feitos.

A direção do Sisejufe espera que as informações sobre os passivos estejam disponíveis na internet, para que os servidores comparem o que foi pago, com o que o TRT lhes deve. O sindicato já tem ação coletiva de cobrança do principal e juros da URV, para todos os seus sindicalizados. “Acabamos de ganhar um habeas data individual para um servidor que teve acesso a seu próprio passivo”, lembra Ponciano.

Em relação do AQ, o TRT informou que “da mesma forma que o passivo de incorporação dos quintos, os valores do AQ, por exercícios anteriores, foram calculados para pagamento na forma da lei e normas estabelecidas pelo tribunal”. A diretoria do sindicato afirma que o passivo é cobrado em ação coletiva e já tem ganho de causa em primeira instância e o TRT condenado ao pagamento de juros e de correção monetária. “Os servidores devem ser filiar para fazer jus ao recebimento dos valores relativos à ação, que será julgada em segunda instância”, avisa Ponciano.

*Da Redação.



Reunião: diretores do Sisejufe no encontro de 25 de março com o presidente do TRT, desembargador Aloysio Santos

Diretoria do Sisejufe contesta informações

Ao se referir ao reequadramento do Artigo 22, o TRT informou que aprovou a inclusão dos candidatos habilitados no concurso realizado antes da publicação da Lei 9.421/1996, movendo os analistas de A-21 para A-24 e os técnicos de A-11 para A-17. Relata ainda que os valores devidos foram pagos pelos processos TRT-PA 178/1998 e TRT-PA 530/1998, ressaltando que para os analistas judiciários, que fizeram o concurso para o antigo cargo de Técnico Judiciário, a incorporação mensal se deu a partir da folha de maio de 1998, incluindo o pagamento das diferenças do próprio exercício (janeiro a abril).

O pagamento das diferenças de exercícios anteriores (do período entre a posse e o dia 31/12/1997) foi efetuado na folha suplementar Nº 7, de fevereiro de 1999. Já para os técnicos judiciários, que passaram no concurso para o antigo cargo de auxiliar Judiciário, a incorporação mensal

saiu a partir da folha de agosto de 1998, incluindo as diferenças do próprio exercício (janeiro a julho). As diferenças de exercícios anteriores, entre a posse e o dia 31 de dezembro de 1997, foram liberadas na folha suplementar nº 6, de dezembro de 1999.

A direção do sindicato considera que há um erro nas informações, já que os servidores mencionados são os que entraram após o PCS 1, depois de dezembro de 1996, e que muitos ainda não receberam os valores retroativos, pois simplesmente não foram enquadrados no PCS. Eles vieram a ser com o PCS 3, com direito a retroativos. “O Sisejufe convoca esses servidores que foram reequadrados, mas não tiveram percepção das diferenças a entrarem com ações individuais pelo sindicato”, afirma Ponciano.

A Presidência do TRT não deu respostas a outras questões. Entre os assuntos pendentes estão a

situação dos agentes de segurança, o treinamento de servidores do interior do estado, as condições de trabalho adversas nas varas de alguns municípios e a implantação da jornada de 6 horas.

“De qualquer maneira, novos ventos sopram no TRT. Há que se agradecer o esforço da ouvidoria e de seus servidores que respondem a todas as questões enviadas pelo sindicato com bastante celeridade, e à resposta dada pelo atual presidente, desembargador Aloysio Santos, já que na última gestão, que não nos deixa saudades da doutora Dóris, nenhuma questão do sindicato e dos servidores foi minimamente respondida. Se não conseguimos todas as reivindicações, ao menos podemos dizer que a gestão responde de forma democrática às solicitações. Vamos manter as reivindicações não atendidas e as não respondidas, entrando com as ações judiciais e fazendo manifestações”, finaliza Ponciano.

Entidade cobra celeridade na andamento dos pedidos administrativos de AQ no TRE

A direção do Sisejufe protocolou, no dia 19 de junho, um ofício questionando o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Alberto Motta Moraes, sobre a demora no julgamento dos pedidos de pagamento do Adicional de Qualificação (AQ) aos servidores do tribunal. No documento, o sindicato informa que recebeu reclamações de que os requerimen-

tos administrativos, feitos por servidores do TRE, pedindo a concessão do adicional de qualificação, previsto no Artigo 14 da Lei 11.416/2006, não estariam sendo julgados em tempo razoável, provocando, assim, uma grande espera para o deferimento deste direito do funcionalismo.

“Recebemos também várias denúncias de que sequer estari-

am sendo julgados tais requerimentos. Por isso, estamos cobrando uma definição da Presidência do TRE”, explica o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano.

No ofício ao presidente do TRE, enviado por intermédio do Departamento Jurídico do Sisejufe, a diretoria do sindicato argumenta que por se tratar de uma garantia constitucional fun-

damental, os julgamentos dos pedidos devem receber um tratamento mais rápido para deferimento, ou não, dos adicionais que foram pedidos. O Sisejufe cobra ainda da Presidência do TRE que seja respondido quais os motivos de tanta demora.

O sindicato também alega que o direito ao AQ é expressamente garantido pelo Plano de

Cargos e Salários dos servidores, previsto na Lei 11.416. O benefício já foi regulamentado no âmbito dos tribunais do país pela Portaria Conjunta 1/2007, assinada pelo presidente do Conselho da Justiça Federal (CNJ). Nela, o pedido deve ser feito de imediato deferimento, com vistas ao princípio da celeridade processual, do Artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal.

Tribunal informa ao Sisejufe que não cobra IR sobre o auxílio pré-escola desde abril

TRT Medida é em cumprimento à decisão judicial que determinou a suspensão do desconto

Os servidores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) filiados ao Sisejufe não terão mais o desconto do Imposto de Renda (IR) sobre o auxílio pré-escolar na folha de pagamento. A Diretoria de Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT informou à direção do sindicato, por meio do ofício 111/2009, que passou a cumprir a determinação “em rubrica isenta de Imposto de Renda na Fonte, a partir do mês de abril” deste ano. A medida consta da decisão judicial da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal refe-

rente ao processo (2008.3400.040300-9) que o Sisejufe entrou para suspender o desconto.

O ofício do TRT, assinado por Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva, diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas do tribunal, responde o documento encaminhado pela direção do sindicato (ofício DJ-012/2009) solicitando o atendimento da decisão da 4ª Vara de Brasília. No dia 15 de abril, o Sisejufe oficiou o tribunal, além do TRF e do TRE informando do “pedi-

do de antecipação dos efeitos da tutela, a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, no tocante auxílio pré-escolar e/ou auxílio-creche pagos mensalmente aos servidores substituídos” do Sisejufe.

Abono Permanência

Em relação do abono de permanência, cujo processo tramita na 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, sob o número 2008.34.00.035658-2, e que também teve deferida uma me-



da liminar, o ofício do TRT enviado ao Sisejufe informa que o tribunal “não foi oficiado para a suspensão da retenção do Impos-

to de Renda sobre a referida vantagem.

*Da Redação

Ação garante pagamento de Adicional de Qualificação para todos os servidores do TRT sindicalizados

A direção do Sisejufe obteve mais uma vitória na Justiça em favor dos seus filiados. Desta vez, os beneficiados são os servidores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) sindicalizados com direito ao pagamento retroativo do Adicional de Qualificação (AQ). A juíza Ivani Silva da Luz, da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal julgou procedente a ação de procedimento comum pelo rito ordinário (processo 2008.34.00.017096-9) ajuiza-

da pelo Departamento Jurídico do Sisejufe. Na sentença, a Justiça condenou a União a pagar os valores retroativos do Adicional de Qualificação a 1º de junho de 2006, que havia sido indevidamente restringido por ato da direção do tribunal.

A diretoria do sindicato ressalta, no entanto, que os servidores do tribunal que ainda não são sindicalizados têm prazo de 15 dia para se associar à enti-

dade e serem beneficiados pela vitória da ação. Do contrário, alerta o Departamento Jurídico do Sisejufe, perderão o direito aos atrasados do AQ.

Na ação, o sindicato pediu a retroatividade dos valores até a data de averbação do título, do diploma e do certificado dos servidores ou, sucessivamente, a partir de 1º de junho de 2006, conforme prevê a Lei 11.416/2006. A juíza determinou ainda

o pagamento dos valores atrasados com juros de mora de 0,5% ao mês, além de corrigir a diferença monetariamente a partir do vencimento e cada parcela.

Atendendo à reivindicação do Sisejufe, a sentença da 6ª Vara Federal de Brasília fixou a retroatividade até 1º de junho de 2006. Segundo o Departamento

Jurídico da entidade, conforme previsão expressa no dispositivo, a sentença beneficia os associados do sindicato vinculados ao TRT. A ação é patrocinada pela assessoria jurídica do sindicato em Brasília, o escritório Cassel e Carneiro Advogados.

*Imprensa e Departamento Jurídico do Sisejufe

Sindicato entrará com ação em favor dos sindicalizados para cobrar dívida dos 11,98%

A direção do Sisejufe entrará com ação para cobrar o valor principal da dívida dos 11,98%, dos juros de mora e a correção monetária. O Departamento Jurídico do sindicato ajuizou, no dia 22 de junho, o pedido em favor de todos os associados da entidade. Os servidores que ainda não são filiados ao Sisejufe devem procurar o sindicato o quanto antes para preencher a ficha de sindicalização e ter direito aos efeitos da ação. “Vale lembrar que o sindicato não cobra nenhum custo da ação dos servidores sindicali-

zados”, esclarece Roberto Pontiano, diretor do Sisejufe.

Segundo o Departamento Jurídico da entidade, a demanda tramitará em substituição processual para os filiados do sindicato. A ação já possui precedente favorável que foi obtido recentemente, em relação aos passivos do Adicional de Qualificação (AQ).

O assessor Jurídico do sindicato Rudi Cassel orienta a quem tiver comprovantes sobre os valores devidos a agendar uma consulta com o Depar-

tamento Jurídico do sindicato para entregar a documentação aos advogados responsáveis pelo atendimento em Direito Administrativo. Para os que desejarem conhecer os valores devidos, o sindicato tem precedente favorável em habeas data e poderá impetrar a medida para os servidores conhecerem seus créditos em relação aos 11,98%, bem como em relação aos demais passivos (quintos, AQ, ente outros).

*Da Redação.

TRE também deixa de descontar IR sobre auxílio pré-escolar

Assim como os servidores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), os do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) também não terão mais os descontos do Imposto de Renda (IR) sobre o pagamento do auxílio pré-escolar. Em 2 de junho, a Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE enviou o Ofício 160/2009 informando à direção do Sisejufe de que, após um comunicado da Procuradoria da Fazenda Nacional, o tribunal “determinou a suspensão da incidência do imposto de renda sobre o auxílio pré-escolar dos servidores sindicalizados, a contar da folha de março de 2009”.

Assinado pela secretária de Gestão de Pessoas, Adriana Frei-

tas Brandão Correia, o documento é uma resposta ao Ofício da diretoria do Sisejufe (14/2009) que cobrava a imediata suspensão do desconto indevido. Em 15 de abril, o Sisejufe oficiou o TRE, além do TRF e do TRT, informando do pedido de antecipação dos efeitos de tutela.

Abono permanência - Em relação do abono de permanência, cujo processo tramita na 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF, (2008.34.00.035658-2), e que teve deferida medida liminar, a Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE informou que o tribunal “prosegue aguardando comunicação oficial da decisão da Justiça para o seu cumprimento”.

Primeiro dirigente da história do Sisejufe a integrar a Executiva Estadual da CUT

CUT/RJ Entrevista com Roberto Ponciano, novo diretor de Formação da central no Rio de Janeiro

Contraponto Pela primeira vez na história do Sisejufe, o sindicato tem um dirigente na Executiva da CUT-RJ. Qual a importância dessa indicação para a categoria do Judiciário Federal?

Roberto Ponciano – Essa indicação e a consequente eleição tem importância dupla. O cargo de secretário de Formação é hoje estratégico na CUT. O Sisejufe é um sindicato relativamente pequeno, em comparação a outros. Mesmo assim fomos preferidos em relação a entidades com maior estrutura e mais filiados em função do acerto da nossa política nos últimos anos. O primeiro ponto é o fato de estar demonstrado o reconhecimento do Sisejufe no estado como o representante da categoria dos servidores do Judiciário Federal e da luta que empreendemos – não só atentos às questões dos nossos filiados mas trabalhando com sindicatos de outros setores e ramos que estejam comprometidos na defesa da classe trabalhadora. Em segundo lugar, temos que apontar que para a categoria é importante ter um dirigente que é servidor do Judiciário Federal na Executiva.

Contraponto Por qual motivo?

Ponciano – Acho que isso naturaliza na categoria a ideia de que é importante estar filiado à CUT. É a maior central sindical da América Latina. O Sisejufe, que tem 8 mil servidores na base, e 50% deles filiados, não conseguiria levar sozinho as lutas que precisamos travar. Muita gente acha que só a federação (Fenajufe) consegue resultados. Não é verdade. Posso destacar três momentos em que a CUT foi fundamental. Primeiro, quando houve um impasse com o Ministérios do Planejamento, foi a CUT que interveio e conseguiu através da ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, a liberação da verba para o último PCS. O segundo fato aconteceu este ano, quando o PSDB e o DEM pressionaram para que o governo voltasse atrás no aumento para o funcionalismo, em fun-

ção da crise. A CUT interveio de novo e o aumento foi garantido. E o terceiro fato é relacionado ao PLP 01 – que ameaçava a todos com dez anos sem reajuste salarial. Foi a CUT que conseguiu tirar o projeto da pauta do Congresso.

Contraponto A luta entre as centrais sindicais é partidária?

Ponciano – Olha, é impossível pensar que um sindicato como o Sisejufe, ou mesmo a Federação, de um Poder como o Judiciário – que tem a sua importância, mas se compararmos com o Executivo tem muito menos servidores – teria conseguido um aumento de mais 300% em sete anos sem a filiação à CUT. É uma vitória da nossa opção de classe. Uma vitória contra aqueles, da direita e da extrema esquerda, que querem nos ver no gueto político. O Sisejufe não é um sindicato partidário ou ligado apenas a uma determinada corrente de pensamento ou de uma visão única. A eleição da CUT e a nossa indicação representa a vitória de um pensamento plural e da ideia de que sem os outros trabalhadores, sem os outros sindicatos, não vamos conseguir vitórias efetivas – não só para a categoria, mas para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro. O Sisejufe tem lado político – é o lado da classe trabalhadora e dos movimentos sociais e da luta por igualdade social.

Contraponto A sua escolha para a Secretaria de Formação tem a ver com os investimentos do Sisejufe em Formação e Cultura?

Ponciano – Acho que para responder isso é preciso relembrar três anos atrás, quando a CUT-RJ estava numa situação bem difícil e houve um movimento de divisão. A gestão de Neuza Pinto teve o intuito de reconstruir. E o Sisejufe foi parceiro de primeira hora. A Secretaria de Formação era um “patinho feio” na estrutura da CUT. Ninguém queria atuar ali porque era uma pasta sem orçamento. A gestão da Neuza, então, conseguiu promover muita coisa por meio da solidariedade, sem dinheiro. Contratou, por exemplo, o professor

universitário Helder Molina para promover uma série de cursos que foram custeados pelos sindicatos que enviaram alunos. De outro lado, o Sisejufe fez cursos com o dinheiro do próprio sindicato destinados principalmente aos seus filiados mas também com a chancela da CUT – o que possibilitou abrir os cursos para sindicatos de outras categorias. Isso foi um grande sucesso e acho que o reconhecimento do Sisejufe tem a ver com isso. O meu nome não teve resistência de nenhuma corrente política. Foi quase consensual. O que nós fizemos nos últimos anos tem que ser a nova visão de Formação da CUT. É claro que, agora, a pasta vai ter algum dinheiro e é prioridade na CUT a formação sindical.

Contraponto É possível antecipar alguns projetos da Secretaria de Formação da CUT?

Ponciano – A gente vai ter cursos da CUT Nacional, cursos da Escola Sindical 7 de Outubro – que abrange os estados do Rio, de Minas e do Espírito Santo –, vamos ter os cursos da própria central do Rio. Temos a ideia de rede, ou seja, conversar com todos os diretores de Formação de cada sindicato para que se disponibilize em cada curso, ou evento que se promova, uma quantidade de vagas dirigidas a outras categorias – como o Sisejufe fez todo o tempo.

Contraponto Quais cursos podem surgir a partir dessa nova gestão?

Ponciano – Vamos cumprir a agenda nacional. Então, teremos cursos de Negociação Coletiva, de Organização por Local de Trabalho e continuar com o curso proposto pelo professor Helder Molina que é o de História do Movimento Sindical. Queremos propagar os cursos de idiomas do Sisejufe. Vamos, com muita humildade, aproveitar as melhores experiências de cada sindicato e discutir-las no Seminário de Planejamento Estratégico da Executiva.

Contraponto Como você vê a importância da Formação no Movimento Sindical?



Fotos: Henri Figueiredo

Roberto Ponciano: “Só vamos conseguir renovação com formação”

Ponciano – A Formação pode trazer novos quadros para o sindicalismo, que está envelhecido. Eu, com 38 anos, sou considerado um dirigente sindical novo. Isso é uma tragédia! Precisamos de dirigentes sindicais com 20, 25 anos de idade. E só vamos conseguir renovação com formação. E o fato de o Sisejufe estar dentro da CUT ajuda a combater a ideia do gueto, da marginalização do nosso sindicato, de torná-lo cada vez mais plural e fazer a categoria entender que a luta não é um fim em si. Se a

gente não conseguir concatenar a nossa luta com a de outros servidores e com a da classe trabalhadora em geral, algumas reivindicações nossas estarão condenadas ao fracasso. É o caso da campanha pela redução da jornada, por exemplo. Se conseguirmos aprovar no Congresso a redução da jornada dos trabalhadores em geral de 44 para 40 horas, a luta específica pela jornada de 30 horas terá grande impulso.

*Da Redação

Conheça a nova direção executiva da CUT-Rio

- Presidente – Darby Igaraya (Bancários-Rio)
- Vice-presidente – Neuza Luzia Pinto (Sintufrj)
- Secretário-Geral – Aurélio Medeiros (Químicos)
- Secretário de Finanças – José Antônio Garcia Lima (Trabalhadores em Informática)
- Secretário de Organização – Indalécio Wanderley (Oposição Metalúrgica)
- Secretário de Formação – Roberto Ponciano (Sisejufe)
- Secretário de Comunicação – Vitor Carvalho (Petroleiros Norte-Flu)
- Secretária da Mulher Trabalhadora – Virgínia Berriel (Sinttel-Rio)
- Secretário do Meio Ambiente – Edison Munhoz Filho (Petroleiros-Rio)
- Secretário das Relações de Trabalho – Marcello Azevedo (Bancários-Rio)
- Secretário de Saúde – Antonio Barbosa dos Santos (Sintergia)
- Secretária de Igualdade Racial – Maria da Glória Ibiapina Lopes (Sinpro-Rio)
- Secretário de Políticas Sociais – Manuelzinho Barboza (Fetag-RJ)
- Secretária a Juventude – Grace Damião Assis (Assoc. de Func. do IBGE)

(Imprensa CUT-Rio)

Conferência Nacional de Comunicação foi tema central de encontro em Manaus

Imprensa Sindical

5º Encontro da Fenajufe reuniu jornalistas e diretores de imprensa de vários sindicatos

Henri Figueiredo*

A importância da produção independente de notícias pelos sindicatos do Judiciário Federal em perspectiva com a construção da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Nesse eixo aconteceram os painéis e as intervenções do 5º Encontro Nacional de Comunicação da Fenajufe, que aconteceu em Manaus em 4 de junho – um dia antes da XV Plenária da federação. Cerca de 50 pessoas, entre jornalistas e dirigentes sindicais, participaram dos debates no Hotel Tropical Manaus. O encontro foi aberto pelos coordenadores de comunicação da Fenajufe Sheila Tinoco, José Moraes Júnior e José de Ribamar França; pelo coordenador jurídico da Federação Rogério Fagundes; e pelas presidentes do Sitraam-AM e do Sijeam-AM, Icicleide Pereira dos Santos e Bárbara Tavares, respectivamente. O Sisejufe enviou o diretor Roberto Ponciano, coordenador de Imprensa do sindicato, e o jornalista Henri Figueiredo.

Os integrantes da mesa de abertura reforçaram a importância da participação na Comissão Nacional Pró-Conferência e o trabalho que vem desempenhando ao lado de outras organiza-

ções, como a Abraço [Associação Brasileira de Rádios Comunitárias], o FNDC [Fórum Nacional da Democratização de Comunicação], o CFP [Conselho Federal de Psicologia] e o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação. O primeiro painel do dia discutiu o envolvimento dos movimentos sociais e sindical na mudança dos paradigmas da comunicação no Brasil e teve a participação da jornalista do MST, Maria Melo; do coordenador da Abraço, José Sóter; do integrante do Intervozes, Jonas Valente; do membro da Comissão Amazonense Pró-Conferência de Comunicação, Moisés Aragão; da representante do CFP, Roseli Goffman; e da coordenadora Sheila Tinoco, para quem o debate sobre uma comunicação mais democrática no Brasil é necessariamente vinculado ao debate sobre a democratização do Judiciário.

Além dos dirigentes e dos jornalistas sindicais, também participam do 5º Encontro Nacional de Comunicação da Fenajufe o professor de comunicação da Universidade Federal do Amazonas e presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFMA, José Antônio; e a psicóloga e integrante da Articulação Mulher e Mídia e da Comissão Paulista



Fotos: Henri Figueiredo

Comunicação: no dia 4 de junho, jornalistas e dirigentes sindicais debateram a Conferência Nacional em Manaus

Pró-Conferência de Comunicação, Raquel Moreno.

No painel “Os desafios da comunicação alternativa e popular na mídia eletrônica”, o editor da revista Repórter Brasil Maurício Hashizume citou a linha editorial da Ideias em Revista, publicação bimestral do Sisejufe, como exemplo de como a pauta sindical pode e deve reunir informações sobre a luta da classe dos trabalhadores, no caso dos servidores do Judiciário Federal, com o interesse público em melhorar os serviços e o atendimento das instituições públicas ao cidadão.

No último painel do encontro, que tratou de “Comunicação pública e imprensa sindical”, os jornalistas Caio Teixeira [diretor do programa Justiça em Movimento e apresentador do programa Justiça do Trabalho na TV, produzidos pela Assessoria de Comunicação do TRT/SC], Beto Almeida [da TV Senado e âncora dos programas Cidadania, Espaço Cultural e Memória Brasileira] e Cláudia Santiago [coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação] falaram da importância da comunicação pública e sindical para a luta dos trabalhadores.

Cláudia Santiago, do NPC, discutiu a manipulação da notícia pelos veículos tradicionais da mídia e exemplificou com casos de distorções grosseiras cometidas na cobertura dos jornais cariocas contra as populações das comunidades pobres e das favelas do Rio de Janeiro. Para Cláudia, “a imprensa sindical não pode ser vista como uma imprensa corporativa, mas uma imprensa de classe”. Ela também usou como referência os veículos de comunicação do Sisejufe quando exortou os sindicatos a investirem em equipe e periodicidade.

*Da Redação.

Diretor de Imprensa do Sisejufe critica foco do encontro

Apesar de considerar o debate sobre a 1ª Conferência Nacional de Comunicação importante, o diretor de Imprensa do Sisejufe Roberto Ponciano expressou opiniões bastantes críticas sobre o tema e a organização do evento neste ano. Ponciano fez várias intervenções após os painéis e solicitou que os próximos Encontros Nacionais de Comunicação tenham uma pauta desenvolvida conjuntamente com os sindicatos.

Contraponto De quantos encontros assim você já participou e qual a sua avaliação desse ano?

Roberto – A verdade é a seguinte: a gente regrediu em termos de Encontro de Comunicação. Eu estive no segundo, no quarto e no quinto encontros. Num deles a pauta foi construída junto com os sindicatos, entre diretores de imprensa e os jornalistas. Essa reunião deveria servir para a troca de informações e compartilhamento de métodos de trabalho. Devia discutir as tarefas dos profissionais de comunicação dentro dos sindicatos, a intervenção às vezes devida e às vezes indevida do diretor do sindicato dentro da imprensa, o papel da imprensa

sindical, a periodicidade, página de internet, campanha de filiação, etc. Sabemos da importância da Conferência Nacional de Comunicação, mas mas o problema é que não houve debate – as mesas reuniram painelistas em consenso.

Contraponto Menos da metade dos sindicatos enviaram, além de diretores, os seus jornalistas. Como você vê isso?
Roberto – Falta compromisso. A gente não vai ter porosidade para discutir a nossa pauta enquanto os profissionais não puderam trocar informação pesso-



almente. Não discutimos os avanços ou a piora das publicações do ano passado para esse. Não vou poupar tintas: o que tivemos não foi um “encontro de comunicação da Fenajufe”, foram sim painéis sobre a situação geral da comunicação no Bra-

sil. Acho excelente a proposta, que foi encampada inclusive por dirigentes da Fenajufe, de separar a realização desse encontro das plenárias nacionais. O caminho é esse, para aprofundarmos e compartilharmos informações sobre a nossa imprensa.

Plenária polêmica

Plano de Carreira

Encontro acaba sem votar Plano de Lutas, mas indica paralisação em agosto

Texto e fotos
Henri Figueiredo

A XV Plenária da Fenajufe, que aconteceu de 5 a 7 de junho em Manaus (AM) teve avanços para uns, retrocessos para outros e, no mínimo, pode ser definida como polêmica. O encontro começou com o secretário-geral

da Federação Judiciária Argentina Jorge Izquierdo saudando os colegas brasileiros e discorrendo sobre a importância dos governos democráticos populares na América do Sul e acabou sem votar o Plano de Lutas, mas com a divulgação de um calendário de mobilização. Esse calendário incluiu a rodada de assembleias, já realizada pelo Siseju-

fe, e o Dia Nacional de Paralisação da categoria, em 8 de julho. O eixo das mobilizações é a conquista do Plano de Carreira da categoria, mas também a luta se dá pela retirada do Congresso Nacional do PLP 92/07, que cria as fundações estatais. A Plenária também marcou uma reunião ampliada, com caráter deliberativo, para apreci-

ar o Plano de Lutas apresentado pelos delegados e observadores, para os dias 8 e 9 de agosto. Para o dia 14 de agosto se votou um indicativo de paralisação pelo Plano de Carreira. Acompanhe, abaixo, pontos de vista de dirigentes sindicais de distintas centrais sindicais e correntes políticas atuantes na Fenajufe.

“Há um erro de método”



Demerson Dias – Coordenador do Sindtrajud-SP (Conlutas) Campo Luta Fenajufe

No contexto geral eu acho que houve alguns avanços importantes, embora em relação ao debate que houve em novembro, eu acho que houve também recuos importantes. Surpreendeu essa incapacidade das pessoas perceberem a evolução dos conteúdos e dos conceitos. Infelizmente aqui a gente viu um segmento da cate-

goria que reafirma o taylorismo, no sentido de que no serviço público também uns existem para pensar e outros para fazer. Há um erro de método que compromete o resultado e a forma como o Grupo de Trabalho (GT) e a Comissão Interdisciplinar se organizou. O primeiro passo foi o Sindjus-DF ter corrido por fora e pedido a abertura de negociação para discutir a revisão do PCS. Mas, o mais grave foi Brasília pedir o espaço de negociação sem ter uma formulação acabada. Então você chama o outro lado para debate e vai sentar à mesa sem armas. O outro erro é o sindicato de Brasília ter insistido em manter o seu projeto quando já havia sinalização do projeto coletivo da federação. Houve uma sucessão de erros que comprometem a unidade. Talvez fosse preciso que a Fenajufe se filiasse ao Sindjus-DF. Tirando a brincadeira, é preciso ter muito cuidado com isso porque a

autonomia tem relação com a liberdade. E a liberdade, a gente sabe, a nossa acaba quando começa a do outro ou o contrário. É esdrúxulo que um sindicato nosso não tenha tido a sensibilidade de reconhecer que ele tem que submeter à vontade da maioria. Aí a democracia também sofre. Talvez fosse mais viável você lutar pela ampliação e resguardo de direitos do que por salário. A categoria espera das direções sempre uma leitura que seja de incentivo, mas eu acho que existem muitos fatores concorrendo no cenário político, a gente não sabe ainda a dimensão da crise e da repercussão da crise na sociedade. Acho que há uma omissão grave da nossa parte em relação ao que dizer do presidente do STF, que deu sinal claro pela criminalização dos movimentos sociais. A categoria judiciária tá passando por isso quase em silêncio, sem cumprir o nosso papel de classe nesse aspecto.

“Discutir salário não é o mais difícil”



Ana Naiara Malavolta (de verde, no centro da foto) Técnica Judiciária da TRT da 4ª Região – Representante sindical de base do Sintrajufe-RS – Coletivo Viva Voz (CUT)

Discutir salário com os tribunais não é a questão mais difícil, justamente porque você gera uma acomodação quando coloca as pessoas com os salários mais altos. Acho que os tribunais tem interesse em que a gente tenha níveis salariais altos para nos manter acomodados, fora das ruas, e poder controlar melhor. Agora discutir condições de trabalho, que é a questão principal, discutir ascensão dentro da carreira, discutir critérios para distribuição de funções comissionadas, discutir quesitos para distribuição das gratificações e como é que você avalia chefias que tem gratificações para poder fazer o controle de trabalho e não de pessoal – ao contrário do que algumas administrações pensam. Então é a avaliação 360, para a gente poder fazer a avaliação de chefia. Essa é uma questão cara nessa discussão e que a gente corre o risco de perder em troca de moeda de barganha que seria uma nova tabela salarial. A gente tem feito algumas discussões no Rio Grande do Sul com a base da categoria e temos resoluções que trazemos para esta plenária e que consideramos que deve ser tratado pela Fenajufe como políticas permanentes dentro do Judiciário Federal. Essas políticas permanentes passam por algumas áreas que seriam gênero, etnia, livre orientação sexual e a questão dos portadores de necessidade especial.

O que a gente percebe é que inevitavelmente existe uma receptividade grande das plenárias onde a gente apresenta a proposta dessas políticas permanentes – e a gente já faz isso há seis anos – as pessoas levantam, batem palmas. Eu acho importante citar que, em 6 anos, nós temos um acúmulo de 8 minutos e meio de discussão. Foi esse o tempo que a gente teve pra defender por três vezes as três teses que a gente trouxe. As pessoas aprovam integralmente a tese, sem ressalvas, e concordam – também em tese – com aquilo que está colocado. Só que nem uma linha disso sai do papel. Nem na diretoria de base nem na Federação. A questão de gênero, de etnia, de livre orientação sexual e PPDs tem que estar dentro da discussão de todo o Plano de Carreira e no plano de lutas. Não propomos que se aprovelem aqui a descriminalização do aborto ou as cotas raciais, mas que a Fenajufe assuma com a categoria a responsabilidade que ela tem de promover essas discussões e tome partido sobre esses temas. A gente precisa fazer essa discussão, apesar de serem temas polêmicos. Essas questões suscitam o preconceito que muitos dirigentes sindicais têm. O fato de eu ser uma pessoa avançada do ponto de vista sindical não significa que eu tenha todo o resquício cultural da sociedade católica, monogâmica, sexista e machista tem. Agora, sobretudo o que acontece é o medo da reação da base da categoria. Quando se discute livre orientação sexual, cotas, igualdade de direitos vai se provocar, sem dúvida, uma reação. Se os sindicatos não enfrentarem isso, estão sendo demagógicos porque fazem o discurso da mudança da sociedade quando não enfrenta a sociedade que está aí.

“Debate democrático na categoria é uma vitória”



Rogério Fagundes de Assis Sindjufe-BA – Coordenador Jurídico e Parlamentar da Fenajufe (CTB)

Eu acho que a principal vitória dessa plenária é exatamente o desfecho. Uma categoria como é a nossa, com mais de 100 mil servidores, segmentada, tem dissensos naturais. Mas a gente conseguiu aprofundar um debate sobre a carreira. Um verdadeiro Plano de Carreira precisa

passar antes de mais nada por uma alteração da Constituição Federal, o verdadeiro Plano de Carreira tem que ter a questão da ascensão funcional e isso somente através de emenda constitucional. Eu acho que se aprofundou, melhorou, tiramos muitas incongruências, muitas contradições. Bem ou mal, isso é fruto do debate democrático da categoria – e isso é a grande vitória. Vamos dialogar com a sociedade, por isso quando a gente fala que esse plano é um plano de mão dupla, que estimula não só a questão salarial mas sim um aperfeiçoamento consequente da maioria do serviço público, é porque a sociedade também é a destinatária do serviço que nós prestamos. Nós precisamos lutar na Comissão Interdisciplinar para que seja aprovada nossa proposta e mobilizar a categoria para pressionar, isso é importantíssimo. Depois, no Con-

gresso Nacional. Nós só temos dois representantes contra nove de todos os tribunais superiores, CNJ, CJF, todos os conselhos nacionais superiores, e temos um representante da Fenajufe e um representante do sindicato de Brasília, então os trabalhadores já são minoritários. É importante buscar a paridade. Pela minha experiência, ano eleitoral ajuda bastante. É um ano em que as pressões acontecem, é um ano em que nós temos na Justiça Eleitoral também um mote importante, uma ajuda importante para aprovação dos planos. Já aconteceu de conseguirmos obter vitórias em função disso, como aconteceu a respeito ao 11,98%, então acreditamos sim que o ano que vem é um ano proffuco para que nós aprovelemos um Plano de Carreira para os servidores.



Delegação do Rio de Janeiro na XV Plenária da Fenajufe, em Manaus, dia 7 de junho

Greve terá rigores



Joaquim Castrillon
Presidente do SindiQuinze
– Campinas – SP (UGT)

Houve avanços principalmente no que se refere à pacificação de questões que estavam polêmicas. Por exemplo, quanto à questão da participação ou não na Comissão Gestora do Plano de Carreira. Outro ponto polêmico que ficou decidido também era a da necessidade ou não de diploma de curso superior para os técnicos judiciários. Sempre a questão do dinheiro no bolso fala alto. Mas os servidores tem que ter a consciência de que dinheiro no bolso se tem hoje, mas o Plano de Carreira é um patrimônio a ser construído para o resto da vida. No nosso entendimento temos que ter calma para construir um ótimo Plano de Carreira sem, contudo, descuidar das reposições das perdas salariais. No atual momento, o foco de interesse é realmente fazer um Plano de Carreira e não a repetição de uma tabela que atenda sim interesses financeiros mas não vise assegurar um futuro para a carreira. Quero colocar como ponto de preocupação é que se nós tivermos que fazer uma mobilização de greve para aprovar esse Plano de Carreira, nós vamos trabalhar debaixo de uma lei de greve da iniciativa privada que traz em si muito mais rigor e exigências para o movimento grevista do que a liberalidade que tínhamos dentro da Constituição, até mesmo pela falta de regulamentação. Isso vai exigir de parte da categoria muita mobilização e de parte dos sindicatos extrema responsabilidade para que as entidades não sejam penalizadas com multas severas que geralmente são impostas aos sindicatos da iniciativa privada que não trilham os caminhos determinados pela Lei de Greve.

É preciso realinhar forças

Avalio que houve um retrocesso com relação ao nosso plano. Nós debatemos muito, fizemos seminários no Rio de Janeiro, fizemos seminário nacional, não perdemos um seminário regional e para nossa surpresa ficamos sabendo que a Comissão Interdisciplinar do STF convocou nossos representantes para uma reunião pouco antes da XV Plenária. Eles se reuniram com os interlocutores do Supremo e a informação é que o STF não havia acatado vários pontos do nosso encaminhamento. Então considero a necessidade de novo realinhamento das nossas forças, porque isso prejudicou o andamento da própria plenária. E também porque nós saímos de lá sem votarmos o Plano de Lutas. O Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul apresentaram teses excelentes com pontos que abordam a questão dos oficiais de justiça, os agentes de segurança, os técnicos e o nosso encaminhamento com relação ao Núcleo de Tecnologia da Informação. Conside-

ramos irrenunciáveis os nossos pontos, que já tinham sido encaminhados anteriormente, inclusive na Reunião Ampliada que houve em Brasília, e mostramos a nossa indignação com o que aconteceu em Manaus – o fato de sairmos sem um Plano de Lutas votado. No meu entendimento, nossos interlocutores da Fenajufe junto ao Supremo, que são minoria, são sempre vencidos. Acho que há um risco de que o Plano de Carreira se torne, novamente, uma tabela salarial. A CUT, que sempre esteve do lado do servidor, tem um papel muito importante. No ano que vem o quadro de eleição no país e de eleição para a coordenação da Fenajufe, que vai ser muito importante. Se não lutarmos muito, as questões eleitorais podem engessar o Plano de Carreira.

Vera Lúcia Pinheiro dos Santos
Diretora do Sisejufe
Coordenadora do Departamento Jurídico (CUT)

Por enquanto, o que temos é um novo PCS

Não acho que seja o caso de classificar a XV Plenária da Fenajufe como retrocesso. Apesar de todas as divergências, o calendário está sendo cumprido. Mas preciso concordar que ainda não temos um Plano de Carreira – por enquanto temos mais um Plano de Cargos e Salários. Nosso projeto tinha 99 itens, caiu para 36. Talvez a gente consiga avançar em alguns pontos importantes, com relação ao PCS3. O plano está andando, nunca é o projeto dos nossos sonhos, mas é um projeto real. E se ao final tivermos uma nova tabela salarial, a gente vai ter que chegar em 2010 e sentar de novo para discutir pormenorizadamente a carreira, a gente tem que continuar discutindo a carreira. Sobre o desenvolvimento da

XV Plenária considero que houve uma certa insensibilidade. Por exemplo, novamente se discutiu a filiação à CUT, uma discussão completamente extemporânea, porque só o Congresso da Fenajufe pode decidir isso. O Rio de Janeiro levou para o Plano de Lutas a criação da área de Tecnologia da Informação que não foi votado. Perdemos tempo e não votamos o Plano de Lutas, saímos apenas com um calendário de lutas. A questão da redução da jornada tem conseguido a adesão de cada vez mais sindicatos. Houve um equívoco da maioria das delegações de retirar as 6 horas de dentro do Plano de Carreira, ainda no ano passado. Considero que o fato de 2010 ser ano eleitoral não vai atrapalhar a votação de Plano de Cargos e Salários ou do Plano de Car-

Algumas coisas são inegociáveis

Acho que houve avanços na XV Plenária pelo fato de a gente ter encaminhado as propostas mais concretas para a construção do Plano de Carreira e porque entramos em consenso na maioria das propostas que foram encaminhadas. Quase todas as propostas do Grupo de Trabalho (GT) foram ratificadas pela plenária. Eu vejo pequenas modificações, mas do ponto de vista geral se avançou muito, como nas questões de definição do cargo do oficial de justiça. A discussão de se tornar o técnico um cargo de terceiro grau é um pouco equivocada porque não se avalia bem as consequências disso. Isso poderia levar o Judiciário a terceirizar praticamente toda a estrutura de cargo de nível médio e aí estão incluídos seguranças, mecânicos e técnicos de informática. E também há o equívoco de imaginar que se o cargo de técnico passar para nível superior ele vai acompanhar a base salarial do cargo de analista. Isso não vai acontecer. Vejam o que aconteceu na

Polícia Federal. Voltando à plenária, um dos avanços é o veto de indicação de funções comissionadas para pessoas de fora dos cargos. Especificamente requisitados. A Comissão Interdisciplinar do STF já decidiu que 80% dos cargos em comissão serão necessariamente dos servidores da carreira. Outro avanço foi o valor das gratificações. Tanto das gratificações de atividade judiciária como gratificações de atividades externas de oficiais de justiça. Também as gratificações de atividades de segurança, dos agentes. Elas incidem sobre o último padrão do vencimento. Então, se o servidor entrou hoje ou está no fim de carreira, o valor das gratificações vai ser o mesmo. A plenária avançou também na criação de mais duas áreas de atividades do Judiciário: na carreira judiciária, com a área de Tecnologia da Informação; e na área de Segurança Institucional. Isso é importante, porque em ambos os setores a terceirização tem avançado muito. O fato de ter eleições o ano que vem talvez seja um fator que até ajude, tendo em vista que a gente tem uma avaliação de que o governo talvez não vai enfrentar tantos servidores públicos. Desde o ano passado, o governo já tinha assinado vários acordos de reajustes salariais com várias categorias do funcionalismo público e tem honrado. É claro que nós não vamos ganhar tudo que nós pedimos. Mas algumas coisas são inegociáveis, como a manutenção do cargo de técnico judiciário, a não terceirização; ou a inclusão das atribuições dos cargos na lei para que a gente tenha segurança e não se fique à mercê dos tribunais.

Roberto Ponciano – Diretor do Sisejufe, Coordenador do Departamento de Imprensa, Diretor de Formação da CUT

Valter Nogueira Alves
Diretor e coordenador Financeiro do Sisejufe
Coordenador de Formação Política e Organização Sindical da Fenajufe (CUT)

Sisejufe se reúne com secretária de Gestão de Pessoas do TSE

Justiça Eleitoral

Foram discutidos isonomia de chefes de cartório, concurso de remoção e criação de cargos

A isonomia dos chefes de cartório, o concurso nacional de remoção e a criação de novos cargos para a Justiça Eleitoral foram os pontos centrais da reunião realizada no dia 16 de junho na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília. Os diretores do Sisejufe Válder Nogueira Alves e Roberto Ponciano cobraram da secretária de Gestão de Pessoas do TSE, Ana Cláudia Braga, soluções para os três assuntos. “O fato de ter havido a reunião com a Secretaria de Gestão de Pessoas não anula o pedido de audiência do Sisejufe com o ministro Joaquim Barbosa, relator de dois destes três processos. Assim que conseguirmos agendar retornaremos a Brasília para conversar com o ministro”, explica Ponciano.

Isonomia dos chefes de cartório – Segundo Ana Cláudia Braga, o processo se encontra na assessoria jurídica da Direção Geral do TSE, aguardando parecer. Em um determinado momento o ministro chegou a indagar sobre a possibilidade de uma proporcionalidade dependendo do

quantitativo de trabalhos por cartório, mas esta proposta já foi deixada de lado. A secretária informou que continua a proposição da isonomia com base na FC6. O estudo do impacto orçamentário foi realizado. Após o levantamento da assessoria jurídica sobre a viabilidade, o ministro Joaquim Barbosa deliberará pela apreciação no CNJ e posterior envio ao Congresso. Segundo a secretária, não há previsão de data para o envio. “Tentaremos conseguir uma previsão na próxima reunião com o próprio ministro”, afirma Valter Alves.

Concurso Nacional de Remoção – A secretária informou que se encontra na mesa do ministro Joaquim Barbosa. A previsão inicial de ser realizado era em agosto, mas agora deverá ocorrer no segundo semestre. Como não tem impacto orçamentário esse assunto deve ter mais facilidade para que a resolução saia com brevidade. A secretária vai se reunir com o diretor geral do CJF, para conhecer como é realizado o processo na Justiça Federal. O ministro já pe-

diu ao corpo técnico do TRE uma minuta para ele dar o parecer e publique a resolução para que do primeiro concurso de remoção.

Criação de novos cargos – A secretária informou que será dividido em duas fases. Na primeira, serão os cargos necessários por conta da defasagem entre o período da sanção da Lei 10.842/2004, que criou o quadro dos cartórios (um analista e um técnico, como quadro mínimo) e os cartórios criados depois da lei sem a previsão dos cargos). Estes devem ter mais facilidade para serem aprovados no CNJ por que decorrem de uma imprevisão legal, já que as zonas eleitorais são criadas por ato do TSE e os cargos por lei do Executivo. “O déficit é grande, o que sacrifica os servidores. Muitos são realocados da secretaria ou de outras ZEs para cobrir as novas. A primeira fase, depois de estudos de impacto orçamentário, deve ser de mais fácil aprovação”, avalia Ponciano

Há também um estudo para se criar futuramente mais um cargo de técnico para cada Zona Eleitoral e também para preencher



Valter: “Tentaremos uma previsão de data da reunião com o ministro”

os déficits nas secretarias com a expansão da Justiça Eleitoral em todo o país. Os diretores do sindicato avaliaram como muito positiva o encontro e agradeceram a presteza da secretaria em repassar as informações. Eles aguardam agora a reunião com o

ministro Joaquim Barbosa para tentar agilizar estes três pedidos. Na ocasião o sindicato convidou também a secretária para palestrar no futuro seminário de saúde do trabalhador do Sisejufe.

*Da Redação.

Servidores de Campos solidários com funcionária transferida à força

A direção do Sisejufe ainda luta para rever a lotação de uma servidora de Campos transferida contra sua vontade. A política de relotação da Justiça Federal, confirmada pelo Conselho Consultivo, tem provocado grande revolta entre o funcionalismo.

Na última reunião do conselho, o sindicato conseguiu cancelar a remoção compulsória de uma servidora que tinha uma doença crônica. A outra colega, todavia, lotada há anos em Campos, que cuida da mãe doente, foi considerada “apta” a ser realocada contra à vontade em qualquer cartório que o diretor do Foro desejasse. A desculpa de que a cidade tem servidores demais cai por terra quando um servidor acaba de ser encaminhado do Tribunal Regional Federal (TRF) para a Administração em Campos. Sob o manto da impessoalidade, os juízes têm “discricionariedade”, ou melhor,

as mãos livres para lotar e realocar os servidores da maneira que quiserem.

Essa servidora pediu reconsideração da decisão e o Sisejufe está à disposição para entrar com uma liminar se for necessário. Todo e qualquer servidor que for relotado sem justificativa deve procurar o sindicato. Ligue (21) 2215-2443.

Carta do leitor

E se fosse com você?*

Empatia significa, segundo o Aurélio, “tendência para sentir o que sentiria, se estivesse em situação vivida por outra pessoa”. Procurei no dicionário uma palavra que define perfeitamente bem um sentimento que eu faço questão que me acompanhe. Com certeza, não sinto a dor do outro, mas me coloco em seu lugar e imagino a dor que seria (...).

No caso da minha colega

Ana Teresa, da 2ª Vara Federal de Campos, isso foi além. Para aqueles que ainda não sabem o que ocorreu, resumo o que vi e ouvi nos últimos dois meses (...): uma servidora competente e honesta, além de tantas outras qualidades pessoais e profissionais, que nasceu e sempre viveu em Campos dos Goytacazes, lotada na Subseção Judiciária de Campos há cerca de oito anos, é, de uma hora para outra – isso mesmo! –, escolhida, sem qualquer critério legal, para ser colocada à disposição da Direção do Foro, para então ser relotada para o Juízo com maior carência de vagas, o que pode ser qualquer um da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Tudo isso porque a um Juiz Federal Substituto promovido autorizaram levar servidores de sua confiança, mesmo estando a Vara de destino com lotação ideal (...).

Estou, ainda, estarecida. Várias indagações indignadas não

saem da minha cabeça – se alguém puder me responder: Não há outra maneira de se equilibrar os quantitativos de pessoal das Varas e Juizados? Por que não proibir o magistrado de levar servidores para Juízos com lotação máxima?

Por que antes de se por em prática tais normas, não as regulamentaram por completo, criando critérios objetivos para a escolha dos servidores (...) Não pensaram nas vidas dos servidores que serão afetados por tais normas. Não se ensina “empatia” nas universidades.

Outro ponto se revela: o interesse da Administração Pública não tem limites, suplanta até a dignidade da pessoa humana! É simples: a Ana tem mãe, irmãos, sobrinhos, amigos, tudo o mais que todos nós temos e, além de tudo, perdeu o pai pouco antes desses fatos. Ela não é só uma matrícula – frase que copiei de alguém.

Não é sentimentalismo (e se for? há algo errado? Pode ser, é raro nos dias atuais). (...) Uma coisa é passarmos no concurso, sabendo que podemos ser lotados em qualquer lugar da Seção Judiciária. Outra coisa é sermos lotados nesse local determinado, decidirmos lá nos fixar e, a partir de um determinado momento, não termos garantia de permanecer em lugar algum.

Então, por fim, anoto que, de coração partido e constrangida, que possuía uma colega de trabalho alegre e extremamente saudável. Hoje, vejo desespero e sua saúde visivelmente comprometida. Faça o seu exercício! E se fosse com você?

*Carta de 9 de junho de 2009 enviada ao sindicato em solidariedade a servidora de Campos. O emitente não quis assinar o texto temendo ser o próximo a sofrer uma transferência contra sua vontade.

Vitórias: dois mandados de injunção garantem aposentadoria especial a servidores sindicalizados

Sindical Agentes e inspetores de segurança e quem trabalha sob condição prejudicial são beneficiados

O Sisejufe obteve duas vitórias em mandados de injunção. Uma com o MI 840, impetrado no Supremo Tribunal Federal (STF), que permite a aposentadoria especial de agentes e inspetores de segurança sindicalizados e outra com o MI 1.052, para todos os filiados que trabalham sob condições que prejudicam a saúde ou a integridade física com o mesmo benefício.

No caso do MI 840, a decisão foi proferida pelo ministro Celso de Mello que aplicou o Artigo 57 da Lei 8.213/1991, mas será objeto de embargos de declaração para que o STF esclareça o período exato em que o agente/inspetor terá que trabalhar nesta atividade, pois a legislação apresenta os tempos especiais de 15, 20 e 25 anos.

Para o MI 1.052, a ministra Carmen Lúcia também aplicou a Artigo 57 da Lei 8.213. A assessoria jurídica do sindicato analisa se há necessidade de embargos declaratórios para o esclarecimento complementar de alguma questão. A decisão beneficia apenas os filiados, que poderão usá-la como regulamentação no momento em que preencherem os requisitos

Em relação aos agentes, o sindicato recomenda aos associados que forem se aposentar com regras menos benéficas ou que já tenham 25 anos de atividade que aguardem até o esclarecimento final do mandado de injunção, o que deverá ocorrer em breve.

Embora o sindicato já tenha garantido 25 anos na atividade

especial (sem necessidade de tempo adicional), com redução em dez anos no tempo total de contribuição do homem e cinco anos de redução no tempo de contribuição total da mulher, a decisão técnica mais adequada deveria fixar o período total em 20 anos de atividade especial.

O próximo passo é provocar o STF para que apresente a definição do tempo exato de atividade, partindo da aplicação combinada da Lei Complementar 51/1985 com a Lei 8.213, o que levaria à fixação dos períodos máximos de atividade e contribuição para 20 anos. Em outras palavras: a solução técnica mais adequada exige apenas 20 anos de atividade, sem tempo de contribuição complementar, apesar da tendência do STF adotar o prazo único de 25



anos na atividade, fruto de mandados de injunção anteriores que julgaram casos de insalubridade, como o MI 721.

A possibilidade de aposentadoria com tempo total de 35 anos para homem e 30 anos para mulher continua existindo, para os casos em que o servidor, por ter ingressado na carreira mais tarde, não obtenha

vantagem em preencher 25 (ou 20) anos de atividade de risco.

Para evitar dúvidas na execução do julgado, o Sisejufe também pede a afirmação expressa de que para a aposentadoria especial não será exigida idade mínima e serão garantidas a paridade e a integralidade.

*Da Redação.

Sisejufe retoma mobilização pelo Plano de Carreira

Max Leone*

A direção do Sisejufe retomou a mobilização da categoria pela aprovação do Plano de Carreira com a realização de várias assembleias. O ponta-pé inicial foi a reunião, no dia 22 de junho, em frente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Rua do Lavradio, no Centro. Na ocasião, o diretor do sindicato Roberto Ponciano deu informes sobre o andamento do anteprojeto em elaboração pela Comissão Interdisciplinar. Após ser analisada pela categoria, a proposta final será levada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para, em seguida, ser enviada ao Congresso Nacional. O diretor do sindicato aproveitou também para convocar todos os servidores a participarem no dia 14 de agosto do Dia Nacional de Paralisação pelo Plano de Carreira.

“Foram dados informes sobre o andamento do Plano de Carreira e os trabalhadores foram convocados para a assembleia geral a ser realizada brevemente, na qual discutiremos as

posições do Rio sobre a carreira e elegeremos os servidores para a reunião ampliada da Fenajufe que vai discutir a carreira e acabar de debater o plano de lutas”, explicou Ponciano.

Em seguida, no dia 23 de junho, foi a vez dos servidores Justiça Federal, na Avenida Venezuela. O diretor do sindicato Roberto Ponciano expôs as dificuldades do encaminhamento das negociações do anteprojeto. Entre as questões mais polêmicas é a proposta de substituir o cargo de técnico judiciário, cujo grau de escolaridade é de 2º grau, por um que passaria a exigir o nível superior para a entrada no serviço público. O também diretor do sindicato Ricardo de Azevedo Soares destacou a importância da participação da categoria nas assembleias para discutir a proposta de Plano de Carreira.

“Os servidores precisam se mobilizar para enfrentar mais lutas. Criar um cargo de nível superior em detrimento ao de técnico judiciário de 2º grau terá

reflexos no futuro da carreira e na realização de novos concursos públicos. É uma forma de se fechar a porta para a maioria da população que não tem nível superior e pensa em fazer um concurso”, avaliou Ponciano.

Os dirigentes do Sisejufe ressaltam o risco que o projeto do Plano de Carreira tem corrido. Segundo eles, é preciso evitar que a discussão leve o plano a se tornar “um grande tabelão salarial com a retirada de direitos e com referências apenas para os salários”. “Temos que defender a carreira, brigar pela ascensão funcional e evitar a terceirização”, afirmou Soares.

No dia 24 de junho, a direção do Sisejufe se reuniu com



Ricardo de Azevedo Soares

servidores da Justiça Federal da Rio Branco e com os da sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). No dia 25, foi a vez dos servidores do Tribunal Regional Federal (TRF) e do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) realizarem reuniões. Fechando o calendário, o Núcleo de Aposentados e Pensionistas no dia 30.

*Da Redação.

Departamento de Saúde promove seminário

O Departamento de Saúde do Sisejufe realiza, nos dias 19 e 20 de agosto, o Seminário “Saúde do Trabalhador e Assédio Moral”. O objetivo do evento é discutir com a categoria do Judiciário Federal as doenças laborais e combater as suas causas, como as más condições de trabalho, o excesso de atividade e o assédio moral. A ideia também é desenvolver estratégias para a assistência à saúde do trabalhador e a transformação das condições que provocam doenças.

O Departamento de Saúde avalia que muitos problemas que afetam os trabalhadores são relacionadas às condições e organização do local de trabalho. E que dores pelo corpo e até sofrimentos psíquicos muitas vezes são tratados como problemas individuais, externos ao exercício da profissão. Entretanto, é necessário que as doenças sejam percebidas como inerentes às condições de trabalho.

Da caserna para o mundo do samba

Foto: acervo do artista

Max Leone*

O samba carioca quase perde um de seus promissores representantes para a vida militar. Ainda adolescente, seguir a dura disciplina da caserna era o objetivo maior para o atual técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Rafael Viana Sousa, de 25 anos. Os quatro anos em que passou no Colégio e na Escola Naval foram suficientes, no entanto, para ele perceber que não era a vida que ele queria, além de não combinar muito com o seu jeito e com o sangue de músico e de compositor que já corria em suas veias. Mas, os anos de escola militar não foram de todo ruins. Nesse tempo, o sambista aprendeu a compor músicas, diante da necessidade de se apresentar nos festivais que rolavam por lá.

“A vida lá era muito certinha e eu gostava de farra. Mas, foi quando comecei a compor para me apresentar nos festivais internos da canção. Tinha que ter material próprio. Apesar de serem militares, os juízes julgadores gostavam mesmo era dos sambas que apresentávamos”, lembra, divertindo-se com a história.

Rafael Sousa é mais um personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta aos servidores do Judiciário Federal do Rio. Inicialmente do Departamento de Forma-

ção, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, o Prata da Casa tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras que possuem talentos artísticos fora da repartição do serviço público.

Atuando profissionalmente, desde dezembro de 2008, o cantor, compositor e instrumentista começou cedo a se interessar pela música. Logo aos sete anos de idade já estudava violão. Mas sem saber o porque, talvez por estar de saco cheio, aos 11 anos, largou o estudo do instrumento. Só retomou nove anos depois, quando, com 20 anos, voltou a abraçar a viola. Nessa época já tinha descoberto o quanto gostava de samba.

“Não sei explicar o que houve. Da mesma forma que comecei a estudar cedo, parei. Tempos depois retomei os estudos, mas passei a me interessar pelo cavaquinho e violão de sete cordas, que têm mais a ver com samba”, explica Rafael que também toca banjo e instrumentos de percussão.

A influência musical, comenta o servidor, pode estar em laços familiares. Ele é sobrinho do músico Paulo Onça, que mesmo sendo de Manaus, emplacou o samba enredo do Sangueiro de 1998, “o Parintins, a Ilha do Boi-Bumba”. O tio é compositor da escola de



Roda de samba: Rafael na II Semana Ambiental do TRE com Reinado (surdo), Bruno (pandeiro), Tunico Mamede (saxofone) e J. Magno (violão)

samba Vitória Régia de Manaus, onde já venceu 14 vezes a disputa. “Mesmo ele estando distante, acaba sendo um influência, né?”, ressalta. Mas o que sempre fez a cabeça do jovem sambista são nomes como de João Nogueira, Candeia, Cartola, Luiz Carlos da Vila e Moacir Luz, entre outros, bambas da Música Popular Brasileira (MPB). Todos acabam ajudando na hora de compor suas canções que passam pelo samba de raiz, pelo baião e o samba-enredo. “São as minhas grande influências. Gosto muito de samba antigo”, afirma Rafael.

Servidor do TRE desde outubro de 2007, Rafael Sousa atualmente está lotado na Seção Administração de Edifícios (Seadi) da Secretaria de Serviços Gerais do tribunal. Lá, os colegas de trabalho dão a maior força ao jovem músico, que ainda encontra tempo para fazer o curso de Engenharia de Produção na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). De acordo com o compositor, todo mundo sabe na ponta da língua as letras de suas músicas.

“Na apresentação que fiz no encerramento da Semana Ambiental no auditório do TRE, no dia

5 de junho, todo mundo cantou junto comigo. O pessoal sabia as letras direitinho!”, lembra.

A conciliação do trabalho no TRE, com os estudos e a música é difícil. Mas ele assegura que não deixa a peteca cair. “Estudo de manhã e trabalho à tarde. Shows, eu só consigo fazer mesmo sábados e domingos e algumas vezes às sextas à noite. Durante a semana fica muito difícil. Todo tempinho que sobra tento dormir para recarregar as baterias”, brinca.

*Da Redação.

Primeiro CD será lançado dia 5 de julho

O primeiro CD - “Novos Sambas Pedem Passagem” - do técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Rafael Viana Sousa, já está na rua. E o lançamento oficial acontecerá dia 5 de julho. O trabalho contém 11 músicas de autoria do próprio servidor entre samba de raiz, baião e samba-enredo. O show de lançamento acontece no Bar do Seu Zé, que fica na Rua General Cláudio 362, em Marechal Hermes, a partir das 14h.

“Brincadeiras à parte, esse é o meu primeiro disco, recém gravado, no qual você encontra Sambas de minha autoria que homenageiam grandes nomes como Noel Rosa, o grande violonista de 7 cordas Voltaire, pessoas queridas como Vanessa e Lara, a própria cidade do Rio de Janeiro

e trazem um pouco de sonhos e claro, alguma malandragem, o que não poderia faltar. Com um baião, um samba-enredo e 9 sambas diversos, é assim que peço passagem”, relata em seu blog (www.dorafaelviana.blogspot.com), sempre com novidades. As músicas do CD: Meu mal foi ser educado, Quem mais perdeu, Caia na roda, Jogos de azar, Cidade amor, Rosa

do meu carnaval, Terra de Noel, Lara, Voltaire na roda, União, Vou beber desse Caneco.

Agenda de apresentações

- 05/07** - Lançamento do CD “Novos sambas pedem passagem” – Bar do Seu ZÉ na Rua General Cláudio 362, em Marechal Hermes – 14h
- 12/07** – Vila Valqueire – Encontros Musicais – 12h
- 19/07** – Marechal Hermes – Marechal Rio – 14h
- 22/08** – Vila Valqueire – Château Anaiza – 19h (Festa fechada)



Bambas do samba: Rafael Sousa entre J. Magno e Voltaire 7 cordas

Descoberta de talento

Se você é servidor sindicalizado, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Projeto Prata da Casa não seja você. Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br.

Mas devido a grande sucesso do projeto já temos um fila de espera para as próximas publicações.

